



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br



Constituintes voltam ao palco da Assembleia Nacional

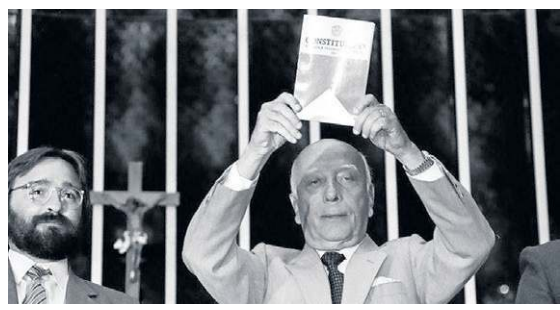
Valmir Campelo, ministro aposentado do Tribunal de Contas da União (TCU), e a ex-governadora Maria de Lourdes Abadia participaram, ontem, da sessão solene no Congresso pelos 35 anos da Constituição Federal, promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte em 5 de outubro de 1988. Eles integravam a bancada do DF na Constituinte que contava também com os deputados à época Augusto Carvalho, Márcia Kubitschek, Francisco Carneiro, Geraldo Campos, Sigmaringa Seixas e Jofran Frejat e os senadores Meira Filho, Pompeu de Souza e Maurício Corrêa. "Foi muito emocionante voltar ao Congresso e lembrar daqueles tempos", conta Campelo, o segundo parlamentar mais assíduo na Constituinte, com 912 votações, atrás apenas do então presidente da Câmara, Ulysses Guimarães. Ele contou à coluna que só perdeu uma e por um motivo justo: o filho Ricardo Sérgio sofreu um acidente de carro e precisou ser hospitalizado.

Saudades das eleições

Valmir Campelo e Maria de Lourdes Abadia não desistiram da política. O ex-presidente do TCU disse à coluna que tem saudades de disputar uma eleição. Ele completa 79 anos em 22 de outubro, com muita disposição. Já foi administrador regional de Brazlândia, Gama e Taguatinga, secretário de Estado, deputado, senador, ministro do TCU e vice-presidente do Banco do Brasil. Mas ainda falta alguma coisa.

Celebração à democracia

A cerimônia ocorreu com sabor especial nesses 35 anos: num momento em que o país se recupera das tentativas de golpismo e de ameaças à democracia. É um momento para relembra a célebre frase de Ulysses Guimarães no discurso na promulgação da Constituição: "Temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania aonde quer que ela desgraça homens e nações."



Arquivo Agência Brasil

Kayo Magalhães/CB/D.A.Press



De mudança?

A presença do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) a eventos do MDB tem despertado a impressão de que o tucano está de mudanças. Reduzido, o PSDB já não oferece os mesmos benefícios do passado e nem conta mais com liderança no Senado.

Tentativa de golpe

Pela segunda vez, estão usando o nome da deputada Dayse Amarílio (PSB) para aplicar golpes pelo celular. É aquela tentativa manjada de usar a foto da pessoa e se passar por ela para pedir dinheiro para os contatos. Pior que ainda tem gente que cai. Por isso, a distrital avisa: não é ela.



À QUEIMA-ROUPA

RODRIGO ROLLEMBERG, secretário de Economia Verde, Descarbonização e Biondústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Carlos Vieira/CB/D.A.Press



"Mercado de carbono: essa é uma agenda que une o Brasil"

Na votação do projeto que regulamenta o mercado de carbono, houve uma negociação com a bancada ruralista para retirar o agronegócio das exigências da nova lei. Foi positivo, no seu entendimento?

Desde o início, o PL que regulamenta o mercado de carbono foi construído ouvindo todos os setores da sociedade e do setor produtivo. Essa foi a orientação do vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin. Isso possibilitou a construção de um consenso que levou à aprovação do projeto, por unanimidade, wno Senado Federal.

Por que privilegiar esse setor?

Não se trata de privilegiar. Em nenhum lugar do mundo, as atividades primárias de agricultura e pecuária são reguladas. Não existem metodologias de monitoramento, relato e verificação seguras de avaliação das emissões na agropecuária dada a diversidade de culturas e o número de propriedades rurais. Existem mais de 51 mil propriedades rurais no Brasil com área acima de 1.000 hectares. O mercado regulado estimulará uma agricultura regenerativa e de baixo carbono que reduza emissões, pois parte das compensações de emissões que o setor regulado terá que fazer poderá ser feita no mercado voluntário.

Como você ajudou na aprovação do projeto no Senado?

A elaboração do texto foi um trabalho coletivo iniciado a partir de uma minuta elaborada pela Secretaria de Economia Verde do MDIC. O mérito é coletivo. Ministérios da Fazenda, Meio Ambiente, Minas e Energia, Agricultura, Casa Civil, Relações Institucionais e outros, além do MDIC, foram essenciais. Estou impressionado com a qualidade e espírito público demonstrados pelos servidores que trabalharam na elaboração do projeto. Foi um exemplo do que o trabalho conjunto pode produzir. A senadora Leila foi fundamental. Teve sensibilidade de acolher a proposta do governo e

conduzir com muito diálogo e habilidade a aprovação da matéria. Preciso destacar também a postura dos senadores de oposição que agiram também com alto espírito público. Meu papel no Senado foi esclarecer os imensos benefícios dessa agenda para o Brasil.

Vai atuar também na Câmara?

Vamos continuar dialogando na Câmara. Tenho excelente relação com os possíveis relatores. Tenho convicção de que, se aprovarmos até o final do ano os PLs do mercado de carbono, das eólicas offshore, do combustível do futuro e do hidrogênio de baixo carbono, aliados a uma redução significativa do desmatamento na Amazônia, já em curso, nós faremos do Brasil líder mundial em economia verde e destino mais importante de investimentos internacionais para uma economia de baixo carbono.

Qual é o principal avanço dessa legislação?

Segundo estudos da Way Carbon e da Câmara de Comércio Internacional, o mercado de carbono pode movimentar, no Brasil, 120 bilhões de dólares até 2030. Vai estimular a descarbonização dos processos produtivos, vai estimular a inovação, vai ajudar o Brasil a cumprir os compromissos internacionais assumidos no Acordo de Paris e vai ajudar o Planeta.

Acredita que haverá polêmicas na discussão na Câmara?

Acredito que haverá debates, e isso será positivo. Sempre é possível ter contribuições que aperfeiçoem o projeto. O importante é que sua estrutura seja mantida, que garanta integridade dos nossos créditos de carbono e interoperabilidade com os mercados internacionais para que o Brasil possa aproveitar seus diferenciais competitivos. Estou convicto de que aprovaremos o projeto antes da COP 28. Essa é uma agenda que une o Brasil.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

DENÚNCIA / Promotores querem saber se o ex-diretor-geral da Polícia Civil do DF usou viaturas descaracterizadas destinadas ao serviço policial para interesse particular. Duas vítimas acusam o delegado de stalking

MP começa a investigar Cândido

» PABLO GIOVANNI
» LUCAS MÓBILLE

O Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial (Ncap), do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), instaurou procedimento para apurar a denúncia de stalking contra o ex-diretor-geral da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), Robson Cândido, que pediu para deixar a chefia do órgão na segunda-feira.

Uma das linhas da investigação será avaliar se a estrutura da Polícia Civil do DF, com viaturas descaracterizadas destinadas ao serviço policial, foram usadas em interesse particular do então delegado-geral. Também há suspeita de que subordinados de Robson Cândido tenham se envolvido na questão por determinação do chefe.

Para que haja avanço no trabalho dos promotores, o MP pediu à Corregedoria da PCDF o encaminhamento de informações sobre eventuais procedimentos que estão sendo realizados no caso — o Ncap apura, também, as circunstâncias relacionadas à exoneração de Cândido. O ex-diretor-geral

Ed Alves/CB/D.A.Press



O delegado Robson Cândido pediu licença médica depois de deixar a chefia da PCDF

apresentou, ontem, uma licença médica na Corregedoria e ficará afastado das atividades como delegado até 2 de novembro.

Dois promotores de Justiça do Ncap estiveram na Corregedoria nesta semana para obterem informações sobre o caso.

Mais dados foram requisitados. O Ncap atua na fiscalização do trabalho de policiais civis, muitas vezes em parceria com a Corregedoria da PCDF.

Nesse período de afastamento, Cândido não poderá sofrer sanções — como o afastamento das

funções públicas, por exemplo. O caso, investigado pelo **Correio** e pela TV Brasília desde segunda-feira, traz o ex-delegado-geral no centro de uma crise dentro da estrutura da corporação, com polêmicas sobre relacionamentos pessoais e traições amorosas.

O delegado teria pedido para deixar o cargo da corporação para evitar desgastes. A esposa de Cândido, além de uma outra mulher que mantinha relacionamento com ele, registraram boletim de ocorrência, em conjunto, por stalking, contra o ex-diretor-geral na Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam), no último domingo. Elas chegaram a solicitar medida protetiva, mas o plantão judiciário não deferiu. Ele é investigado por crimes com base na Lei Maria da Penha.

Por isso, oficialmente, a Corregedoria da PCDF abriu dois inquéritos policiais — um para cada vítima —, além de um procedimento administrativo disciplinar. O caso, por ordem da Justiça, tramita em sigilo.

Defesa

Com o caso na Corregedoria, Cândido terá a possibilidade de se defender das acusações. Tudo teria começado quando ainda o ex-delegado-geral estava no comando da corporação. A jovem que diz ter tido um relacionamento com o delegado e, por indicação dele, conseguiu um cargo

comissionado no Metrô-DF, com salário bruto de R\$ 13,2 mil. O **Correio** teve acesso a vídeos em que a vítima supostamente se sentiu ameaçada.

No entanto, o relacionamento chegou ao fim. O delegado não aceitou e a mulher, então, passou a evitá-lo, o bloqueou nas redes sociais e no telefone celular. Ele, então, teria começado a segui-la usando uma viatura descaracterizada da PCDF. A jovem fez vários vídeos aos quais o **Correio** e a TV Brasília tiveram acesso. Mas ela não quis conversar com a reportagem.

A confusão maior ocorreu no último fim de semana, quando a esposa de Robson Cândido soube da suposta perseguição e decidiu se unir à ex-namorada do marido para denunciá-lo às autoridades. Elas teriam sido incentivadas por adversários políticos do ex-diretor na Polícia Civil.

Desde que pediu exoneração, Cândido tem evitado contatos públicos. A decisão de manter nomes ligados a Cândido tem o respaldo do governador Ibaneis Rocha (MDB) e do secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar, como forma de manter a estabilidade na instituição neste momento.